



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETIVO.

**1.1.** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA A FROTA DE VEÍCULOS PESADOS, TRATORES AGRICOLAS E MAQUINAS PESADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

**1.1.1.** Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e demais secretarias.

Produto	Unidade	Quantidade
<b>LOTE 1 - RETROESCAVADEIRA JCB 4X4 3C ANO 2012</b>		
DISCO DE FREIO	UNIDADE	02
JOGO DE PISTÃO DE FREIO	UNIDADE	01
CILINDRO MESTRE DE FREIO	UNIDADE	01
LUVA DO CARDAM TRASEIRO	UNIDADE	01
LUVA DO CARDAM DIANTEIRO	UNIDADE	01
BOMBA D'ÁGUA	UNIDADE	02
ROLAMENTO TENSOR	UNIDADE	01
CORREIA DO ALTERNADOR	UNIDADE	04
CONDENSADOR	UNIDADE	01
INTER COOLER	UNIDADE	01
DESCARGA	UNIDADE	01
JOGO DE BIELA	UNIDADE	01
JOGO DE ANÉIS STD	UNIDADE	01
JOGO DE BRONZINA DE BIELA	UNIDADE	01
JOGO DE BRONZINA DE MANCAL	UNIDADE	01
DENTE DA CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	20
DENTE DIANTEIRO DA CONCHA	UNIDADE	20
GRAXEIRO	UNIDADE	60
REPARO DO PISTÃO DA CONCHA	UNIDADE	04
REPARO DO PISTÃO DA LANÇA	UNIDADE	04
REPARO DO PISTÃO DA BASE DA LANÇA	UNIDADE	04
REPARO DO PISTÃO DA CONCHA DIANTEIRA	UNIDADE	06
REPARO DO PISTÃO DE REGULAGEM DA CONCHA	UNIDADE	06
CRUZETA DE RODA DIANTEIRA	UNIDADE	02
CAIXA SATÉLITE DIANTEIRO	UNIDADE	01
CRUZETA DO CARDAM DIANTEIRO	UNIDADE	06
CARDAM DIANTEIRO	UNIDADE	01
CARDAM TRASEIRO	UNIDADE	01
JOGO DE JUNTA DO MOTOR	UNIDADE	01
FILTRO DE AR	UNIDADE	02
FILTRO LUBRIFICANTE	UNIDADE	04
FILTRO DIESEL	UNIDADE	04
PARABRISA FRONTAL	UNIDADE	01
TERMINAL DE BATERIA	UNIDADE	20
<b>LOTE 2- PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12C ANO 2013/2014</b>		
CHAVE DE SETA COMPLETA	UNIDADE	02
FUSÍVEIS	UNIDADE	40



RELÉ AUXILIAR	UNIDADE	20
FILTRO DE COMBUSTÍVEL	UNIDADE	06
FILTRO RACOR	UNIDADE	06
FILTRO DE AR PRIMÁRIO	UNIDADE	06
FILTRO DE SECUNDÁRIO	UNIDADE	06
FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR	UNIDADE	06
FILTRO DE TRANSMISSÃO	UNIDADE	06
CORREIA DO ALTERNADOR	UNIDADE	04
BOMBA D'ÁGUA	UNIDADE	02
MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	02
ALTERNADOR	UNIDADE	02
KIT DE EMBREAGEM	UNIDADE	02
JOGO DE JUNTA DE MOTOR	UNIDADE	02
JOGO DE ANÉIS	UNIDADE	02
JOGO DE BRONZINA DE BIELA	UNIDADE	02
JOGO DE BRONZINA DO MANCAL	UNIDADE	02
JOGO DE PISTÕES	UNIDADE	02
CABEÇOTE	UNIDADE	02
REPARO DO SETOR DE DIREÇÃO	UNIDADE	02
ROLAMENTO DE RODA	UNIDADE	04
PONTA DE EIXO TRASEIRO	UNIDADE	02
COROA E PINHÃO TRASEIRO	UNIDADE	02
CAIXA SATÉLITE TRASEIRO	UNIDADE	02
PONTA DE EIXO DIANTEIRO	UNIDADE	02
RETENTOR DA RODA	UNIDADE	06
FITÃO DO PNEU	UNIDADE	06
RADIADOR	UNIDADE	02
MANGUEIRA DO RADIADOR	UNIDADE	02
MANGUEIRA DO INTER COOLER	UNIDADE	04
DENTE CONCHA 1'	UNIDADE	160
PARAFUSO DENTE 1'	UNIDADE	300
PORCA DENTE 1'	UNIDADE	300
<b>LOTE 3- MOTONIVELADORA CASE 845B ANO 2013/2014</b>		
TIRA BRONZE LAMINA	UNIDADE	04
ABRAÇADEIRA ESCAPAMENTO	UNIDADE	08
ABRAÇADEIRA	UNIDADE	08
TUBO ESCAPAMENTO	UNIDADE	04
PORCA PARAFUSO LAMINA	UNIDADE	240
ABRAÇADEIRA DESCARGA	UNIDADE	08
KIT DE VEDAÇÃO DO COMANDO	UNIDADE	04
MANGOTE DE ALTA PRESSÃO	UNIDADE	08
KIT DE VEDAÇÃO DA VALVULA DE AR	UNIDADE	04
CALÇO DO GIRACIRCULO	UNIDADE	80
CALÇO DA CAMISA C/ 3 PEÇAS	UNIDADE	30
VÁLVULA SOLENOIDE	UNIDADE	04



KIT DE VEDAÇÃO DA VALVULA DE FREIO	UNIDADE	06
CONJUNTO DE CRUZETA	UNIDADE	08
BOMBA HIDRÁULICA	UNIDADE	04
REPARO DO CILINDRO DE INCLINAÇÃO	UNIDADE	08
PARAFUSO LAMINA	UNIDADE	240
LAMINA 13 FUROS	UNIDADE	32
CABO ACELERADOR	UNIDADE	04
FILTRO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	08
CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	04
TERMINAL DIREÇÃO DIREITO	UNIDADE	08
COXIM DO MOTOR	UNIDADE	06
TAMPA FRONTAL DO MOTOR	UNIDADE	04
TERMINAL ¼ EXTREMIDADE DIREÇÃO	UNIDADE	08
HASTE DO ESCARIFICADOR	UNIDADE	02
TROCADOR DE CALOR	UNIDADE	02
CABO REGULADOR DE DIREÇÃO	UNIDADE	04
BUJÃO CARTER	UNIDADE	08
VALVULA SAIDA	UNIDADE	04
SILENCIADOR	UNIDADE	02
REPARO ESCARIFICADOR	UNIDADE	02
TAMPA DO CARTER	UNIDADE	02
CONEXAO MANGUEIRA	UNIDADE	04
COXIM DE TRAÇÃO	UNIDADE	04
CILINDRO FREIO METRE	UNIDADE	04
FILTRO LUBRIFICANTE	UNIDADE	04
FILTRO DIESEL	UNIDADE	10
FILTRO RACOR	UNIDADE	04
FILTRO AR EXTERNO	UNIDADE	04
FILTRO AR INTERNO	UNIDADE	04
BIELA DO MOTOR	UNIDADE	12
JOGO DE PISTÃO MOTOR	UNIDADE	02
JOGO ANEL MOTOR	UNIDADE	02
VALVULA ADMISSÃO	UNIDADE	15
VALVULA DE ESCAP	UNIDADE	15
JOGO JUNTA MOTOR	UNIDADE	02
BOMBA DE ÓLEO MOTOR	UNIDADE	02
BRONZINA FIXA	UNIDADE	02
BRONZINA MOVEL	UNIDADE	02
RESERVATÓRIO DE ÁGUA	UNIDADE	04
TERMINAL DIREÇÃO LD DIREITO/ESQUERDO	UNIDADE	08
<b>LOTE 4 -MOTONIVELADORA GR 1803 BR ANO 2018</b>		
TIRA BRONZE LAMINA	UNIDADE	04
ABRAÇADEIRA ESCAPAMENTO	UNIDADE	08
COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO	UNIDADE	02
TUBO ESCAPAMENTO	UNIDADE	04
PORCA PARAFUSO LAMINA	UNIDADE	240
ABRAÇADEIRA DESCARGA	UNIDADE	08
KIT DE VEDAÇÃO DO COMANDO	UNIDADE	04
MANGOTE DE ALTA PRESSÃO	UNIDADE	08



KIT DE VEDAÇÃO DA VALVULA DE AR	UNIDADE	04
CALÇO GIRA CIRCULO	UNIDADE	40
CALÇO DA CAMISA	UNIDADE	30
VÁLVULA SOLENOIDE	UNIDADE	04
KIT DE VEDAÇÃO DA VALVULA DE FREIO	UNIDADE	04
CRUZETA TRANSMISSÃO	UNIDADE	04
BOMBA HIDRÁULICA	UNIDADE	02
REPARO DO CILINDRO INCLINAÇÃO	UNIDADE	08
PARAFUSO LAMINA	UNIDADE	240
LAMINA 13 FUROS	UNIDADE	32
CABO ACELERADOR	UNIDADE	04
FILTRO DE AR	UNIDADE	08
CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	04
TERMINAL DIREÇÃO DIREITO/ESQUERDO	UNIDADE	08
COXIM DO MOTOR	UNIDADE	06
TAMPA FRONTAL DO MOTOR	UNIDADE	02
TERMINAL ¼ EXTREMIDADE DIREÇÃO	UNIDADE	08
HASTE ESCARIFICADOR	UNIDADE	02
TROCADOR DE CALOR	UNIDADE	02
CABO REGULADOR DE DIREÇÃO	UNIDADE	06
BUJÃO CARTER	UNIDADE	10
VALVULA SAIDA	UNIDADE	04
SILENCIADOR	UNIDADE	02
REPARO ESCARIFICADOR	UNIDADE	04
TAMPA DO CARTER	UNIDADE	02
CONEXAO MANGUEIRA	UNIDADE	04
COXIM DE TRAÇÃO	UNIDADE	04
CILINDRO FREIO METRE	UNIDADE	04
FILTRO LUBRIFICANTE	UNIDADE	04
FILTRO DIESEL	UNIDADE	04
FILTRO AR CONDICIONADO	UNIDADE	04
FILTRO AR EXTERNO	UNIDADE	04
FILTRO AR INTERNO	UNIDADE	04

**LOTE 5 - PA CARREGADEIRA XCMG LW300KV ANO 2022**

DENTE CONCHA 1'	UNIDADE	120
PARAFUSO DENTE 1'	UNIDADE	240
PORCA DENTE 1'	UNIDADE	240
FILTRO DE COMBUSTÍVEL	UNIDADE	04
FUSÍVEIS	UNIDADE	30
FILTRO RACOR	UNIDADE	04
FILTRO DE AR PRIMÁRIO	UNIDADE	04
FILTRO DE SECUNDÁRIO	UNIDADE	04
FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR	UNIDADE	04
FILTRO DE TRANSMISSÃO	UNIDADE	04
CORREIA DO ALTERNADOR	UNIDADE	04
MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	01
ALTERNADOR	UNIDADE	01
KIT DE EMBREAGEM	UNIDADE	01
RETENTOR DA RODA	UNIDADE	04



MANGUEIRA DO RADIADOR	UNIDADE	02
<b>LOTE 6 - TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND ANO 2022</b>		
TERMINAL DE DIREÇÃO	UNIDADE	04
BARRA DE DIREÇÃO	UNIDADE	02
CHAVE DE SETA COMPLETA	UNIDADE	01
FUSÍVEIS	UNIDADE	30
RELÉ AUXILIAR	UNIDADE	20
FILTRO DE COMBUSTÍVEL	UNIDADE	03
FILTRO RACOR	UNIDADE	03
FILTRO DE AR PRIMÁRIO	UNIDADE	03
FILTRO DE SECUNDÁRIO	UNIDADE	03
FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR	UNIDADE	03
FILTRO DE TRANSMISSÃO	UNIDADE	03
CORREIA DO ALTERNADOR	UNIDADE	02
BOMBA D'ÁGUA	UNIDADE	01
MOTOR DE PARTIDA	UNIDADE	01
ALTERNADOR	UNIDADE	01
KIT DE EMBREAGEM	UNIDADE	01
JOGO DE JUNTA DE MOTOR	UNIDADE	01
JOGO DE ANÉIS	UNIDADE	01
JOGO DE BRONZINA DE BIELA	UNIDADE	01
JOGO DE BRONZINA DO MANCAL	UNIDADE	01
JOGO DE PISTÕES	UNIDADE	01
CABEÇOTE	UNIDADE	01
REPARO DO SETOR DE DIREÇÃO	UNIDADE	02
ROLAMENTO DE RODA	UNIDADE	04
PONTA DE EIXO TRASEIRO	UNIDADE	01
COROA E PINHÃO TRASEIRO	UNIDADE	01
CAIXA SATÉLITE TRASEIRO	UNIDADE	01
PONTA DE EIXO DIANTEIRO	UNIDADE	01
RETENTOR DA RODA	UNIDADE	04
FITÃO DO PNEU	UNIDADE	04
RADIADOR	UNIDADE	01
MANGUEIRA DO RADIADOR	UNIDADE	02
MANGUEIRA DO INTER COOLER	UNIDADE	02
<b>LOTE 7 -ROLO COMPACTADOR DE SOLO AUTROPELIDO VIBRATÓRIO XCMG</b>		
FILTRO DE AR EXTERNO AF26614	UNIDADE	04
FILTRO DE AR INTERNO AF26613	UNIDADE	04
FILTRO SECADOR AR CONDICIONADO	UNIDADE	01
FILTRO LUBRIFICANTE	UNIDADE	04
FILTRO COMBUSTIVEL	UNIDADE	02
CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	04
CORREIA DO MOTOR	UNIDADE	02
COMPRESSOR UNIVERSAL 5H14 24V	UNIDADE	01
CORREIA COMPRESSOR	UNIDADE	02

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Tendo em vista a necessidade de Fornecimento de peças, objetiva-se, com essa contratação, recolocar e manter os veículos pesados, bem como tratores agrícolas e maquinas pesada da Prefeitura Municipal de

Bocaiuva em perfeitas condições de uso e tráfego, com o máximo de eficiência e segurança, assegurando a máxima proteção ativa e passiva no transporte de pessoas, cargas e no uso diário das atividades institucionais desta empresa pública. Desta forma, se justifica a compra por Pregão por Registro de Preços, uma vez que os produtos serão fundamentais para manutenção das atividades deste município e o Município não consegue prever a quantidade que será necessária no período.

- 2.2. Vale ressaltar que toda a frota de veículos e tratores agrícolas e maquinas pesados necessita de manutenção preventiva e corretiva para seu perfeito funcionamento. E, faz-se necessário, na maioria das vezes, para execução destes serviços nos veículos e maquinas, a troca de peças, que deverão ser peças novas e que atendam prontamente às necessidades oriundas do ritmo de trabalho a que os mesmos são submetidos. Outrossim, trata-se de aquisição de suma importância, já que com o uso intensivo de sua frota de veículos pesados, e os tratores agrícolas e maquinas pesadas, utilitários, que além de não serem novas, são acometidas há um desgaste natural, tornando-se imprescindível a manutenção preventiva e corretiva, bem como aplicação e/ou fornecimento de peças, para que as mesmas estejam sempre em perfeito estado de uso e conservação, afim de garantir a segurança, a qualidade, a racionalidade e a economicidade dos trabalhos demandados pela prefeitura.
- 2.3. Ademais, é importante frisar que os referidos produtos serão utilizados diretamente para garantia de execução das atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal, sendo, desse modo, elementos essenciais para a execução, com qualidade, eficiência e rapidez, dos serviços e atividades inerentes da Secretaria Municipal envolvida.
- 2.4. A escolha da modalidade de admissão das propostas “por lotes” se dá devido ao fato de que, a Secretaria de Obras pretende adquirir itens de natureza similar, que, porém, guardam especificidades importantes em termos de características construtivas, materiais e acabamentos. Os componentes são produzidos segundo os padrões de fabricação de cada montadora, o que dificulta o fornecimento de todo o rol apresentado por um único fornecedor, desta forma, por economicidade, foram divididos em 07 (sete) lotes distintos oportunizando as empresas que militem em cada ramo participarem do certame. Ademais, os lotes foram divididos de acordo com a linha de fornecimento de cada montadora / fabricante, que possuem redes de distribuição próprias, portanto a distribuição em lotes divididos por marcas, torna a participação para os fornecedores mais atrativa e isonômica, além de não inviabilizar a participação de fornecedores que atendem exclusivamente uma marca.
- 2.5. A quantidade estimada dos itens a serem licitados foi definida/estimada com base na demanda da Secretaria no exercício anterior.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

- 3.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

### 4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos itens é de até **07 (SETE)** dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria Municipal demandante, O local de entrega será acordado com a secretaria demandante.
- 4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no ATO, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.4. As entregas serão realizadas no endereço que constar na Ordem de Fornecimento, o endereço de entrega poderá ser em qualquer local dentro do perímetro urbano do município de Bocaiuva/MG.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

### 5.1. São obrigações da Contratante:

**5.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

**6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

**6.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**6.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**6.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

**8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

**9.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 10. DO PAGAMENTO.

**10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.3.1.** Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**10.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



**10.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**10.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

**10.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**10.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **11. DO REAJUSTE.**

**11.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata do Registro de Preços, salvo as situações previstas em lei que tratam da revisão e do reequilíbrio de preços.

**11.2.** A revisão dos preços poderá ocorrer quando da incidência das situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5.º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, devidamente comprovadas e se dará seguinte forma: apresentação de notas fiscais comprovando o aumento e pesquisa de preços atualizada realizada pelo setor de compras.

**11.3.** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o município notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

**11.4.** Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o município formalmente desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das sanções cabíveis.

**11.5.** Cancelamento do Registro de preços. A juízo do Município poderá ser cancelado o registro de preços para o item e abrir nova licitação para a aquisição ou contratação ao produto objeto de registro, sem que caiba direito de recurso ou indenização.

**11.6.** Caso a Administração entenda pela revisão dos preços, o novo preço será consignado, através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão os fornecedores vinculados.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**13.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**13.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**13.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**13.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.5.** Cometer fraude fiscal;

**13.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**13.2.1. Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**13.2.2.** O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

**13.2.3.** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**13.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**13.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**13.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Bocaiúva/ UF, pelo prazo de até cinco anos;

**13.2.6.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

**13.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**13.3.** As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**13.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**13.4.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**13.4.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.4.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**13.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura de Bocaiúva, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**13.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**13.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**13.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**13.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**13.12.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

#### **14. Vigência da ata de registro de preços.**

**14.1.** A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.

Bocaiúva/MG, 09 de maio de 2023.

---

Antônio Renato Leal Santos  
Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo